

A ATUAÇÃO DO TJPE NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

THE ROLE OF THE COURT OF JUSTICE OF PERNAMBUCO IN PROMOTING THE INCLUSION OF PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Taciana Carla Almeida Melo¹
Rúbia Kátia Azevedo Montenegro²

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN), na promoção da inclusão social e educacional de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O estudo parte da compreensão de que a inclusão constitui um processo multidimensional que exige não apenas garantias normativas, mas também práticas institucionais voltadas à efetivação dos direitos fundamentais. Nesse contexto, investiga-se como o Poder Judiciário tem ampliado sua atuação para além da função jurisdicional tradicional, assumindo papel educativo, preventivo e socialmente transformador. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, produções científicas e materiais institucionais relacionados às ações desenvolvidas pela CACIN/TJPE. Os resultados evidenciam que iniciativas como campanhas de conscientização, ações de acessibilidade atitudinal e o projeto gamificado “Guardiões da Justiça” contribuem significativamente para a promoção da inclusão, da cidadania e da sensibilização social acerca do TEA. Observou-se, ainda, que a utilização de recursos tecnológicos e estratégias de gamificação favorece processos educativos mais acessíveis, participativos e inclusivos, ampliando as possibilidades de aprendizagem e interação social de pessoas autistas. Conclui-se que a experiência do TJPE demonstra o potencial das instituições públicas como agentes de transformação social, capazes de articular educação, tecnologia e políticas inclusivas na construção de uma sociedade mais democrática, acessível e igualitária.

Palavras-chave: Inclusão social. Transtorno do Espectro do Autismo. Acessibilidade. Poder Judiciário. Gamificação. Direitos fundamentais.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

² Professora Doutora dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

ABSTRACT: This article analyzes the role of the Court of Justice of Pernambuco (TJPE), through the Permanent Commission on Accessibility and Inclusion (CACIN), in promoting the social and educational inclusion of people with Autism Spectrum Disorder (ASD). The study is based on the understanding that inclusion constitutes a multidimensional process that requires not only normative guarantees, but also institutional practices aimed at ensuring the effectiveness of fundamental rights. In this context, the research investigates how the Judiciary has expanded its role beyond the traditional jurisdictional function, assuming an educational, preventive, and socially transformative position. The study adopts a qualitative approach of an exploratory and descriptive nature, grounded in a bibliographic review and documentary analysis of legislation, scientific publications, and institutional materials related to the actions developed by CACIN/TJPE. The findings reveal that initiatives such as awareness campaigns, attitudinal accessibility actions, and the gamified project “Guardians of Justice” significantly contribute to the promotion of inclusion, citizenship, and social awareness regarding ASD. Furthermore, it was observed that the use of technological resources and gamification strategies fosters more accessible, participatory, and inclusive educational processes, expanding learning opportunities and social interaction for autistic individuals. It is concluded that the TJPE experience demonstrates the potential of public institutions as agents of social transformation, capable of articulating education, technology, and inclusive policies in the construction of a more democratic, accessible, and equitable society.

2

Keywords: Social inclusion. Autism Spectrum Disorder. Accessibility. Judiciary Power. Gamification. Fundamental rights.

INTRODUÇÃO

A inclusão social e educacional das pessoas com deficiência constitui um dos principais desafios contemporâneos na efetivação dos direitos humanos e na construção de sociedades democráticas. Embora avanços normativos tenham sido conquistados nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ainda persistem barreiras estruturais, comunicacionais e atitudinais que limitam a participação plena desses sujeitos nos diferentes espaços sociais. Nesse contexto, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tem ocupado lugar central nos debates sobre acessibilidade, educação inclusiva e políticas públicas voltadas à promoção da cidadania.

O TEA caracteriza-se por especificidades relacionadas à comunicação, à interação social e ao comportamento, exigindo abordagens interdisciplinares capazes de promover inclusão,

acolhimento e desenvolvimento integral. Dessa maneira, a inclusão das pessoas autistas não pode ser compreendida apenas como responsabilidade exclusiva da escola ou da família, mas como compromisso coletivo que envolve diferentes instituições públicas e sociais. Conforme ressalta Sasaki (2009), a inclusão pressupõe transformação das estruturas sociais e eliminação de barreiras que dificultam o exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência.

Nesse cenário, observa-se que o Poder Judiciário brasileiro tem ampliado progressivamente sua atuação para além da função tradicional de resolução de conflitos, assumindo também papel relevante na promoção de direitos fundamentais e na implementação de práticas institucionais inclusivas. Tal perspectiva evidencia uma ressignificação das funções institucionais do Judiciário, que passa a atuar não apenas como garantidor formal de direitos, mas também como agente de educação social, conscientização e transformação cultural.

No âmbito do estado de Pernambuco, destaca-se a atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), especialmente por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN), responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão social de pessoas com deficiência. Entre essas iniciativas, evidenciam-se campanhas de conscientização, projetos educativos e recursos tecnológicos acessíveis, como o jogo digital “Guardiões da Justiça”, que utiliza estratégias de gamificação para promover aprendizagem, cidadania e inclusão de pessoas com TEA.

3

A utilização de recursos tecnológicos e metodologias gamificadas no contexto da inclusão apresenta-se como estratégia inovadora capaz de favorecer processos educativos mais acessíveis, participativos e significativos. Além de estimular o engajamento e a aprendizagem, a gamificação possibilita a criação de ambientes estruturados e previsíveis, características particularmente relevantes para pessoas com TEA. Assim, a articulação entre tecnologia, educação e acessibilidade evidencia novas possibilidades para a efetivação dos direitos fundamentais e para a construção de práticas institucionais mais inclusivas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio da CACIN, na promoção da inclusão social e educacional de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, com enfoque nas ações de acessibilidade, educação social e gamificação inclusiva. Busca-se compreender de que maneira as práticas institucionais desenvolvidas pelo TJPE contribuem para a efetivação dos direitos das pessoas com TEA e para a consolidação de uma cultura social mais inclusiva.

Para alcançar tal objetivo, adotou-se metodologia de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, utilizando produções científicas, legislações e documentos institucionais relacionados à temática da inclusão, acessibilidade e atuação institucional do Poder Judiciário.

DESENVOLVIMENTO

2.1 A experiência do tjpe e a cacin: o judiciário como agente de educação social

Um dos resultados mais inovadores desta pesquisa consiste na identificação de que o Poder Judiciário, tradicionalmente compreendido como instância voltada à resolução de conflitos, tem ampliado sua atuação para além da função jurisdicional, assumindo um papel proativo na promoção da cultura inclusiva no estado de Pernambuco. Tal constatação evidencia uma resignificação das funções institucionais do Judiciário, que passa a atuar também como agente de transformação social.

A atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN), demonstra que o Poder Judiciário pode exercer um papel estratégico na promoção da inclusão, não apenas por meio da garantia formal de direitos, mas também por meio de ações educativas, preventivas e formativas. Essa perspectiva dialoga com a concepção de que os direitos fundamentais exigem não apenas proteção jurídica, mas também políticas institucionais capazes de promover sua efetivação concreta. Nesse sentido, a experiência analisada amplia a compreensão tradicional das funções do Judiciário, evidenciando seu potencial como agente de educação social.

Tal atuação encontra respaldo em abordagens contemporâneas que defendem a atuação ampliada das instituições públicas na promoção de direitos. Conforme destaca Norberto Bobbio (2004, p. 87),

A problemática dos direitos humanos não se limita à sua fundamentação, mas à sua concretização, o que reforça a importância de iniciativas institucionais que transcendam o plano normativo. Assim, ao desenvolver ações voltadas à inclusão, contribui para a construção de uma cultura jurídica mais comprometida com a efetividade dos direitos.

A ampliação do papel do Poder Judiciário, conforme evidenciado no caso do TJPE, pode ser compreendida à luz das transformações contemporâneas do Estado, especialmente no que se refere à concretização dos direitos fundamentais. Nesse contexto, o Judiciário deixa de atuar exclusivamente como garantidor formal de direitos e passa a exercer uma função indutora de

políticas públicas. Conforme argumenta Luís Roberto Barroso (2018, p. 412), “o Judiciário tem assumido um papel protagonista na efetivação de direitos, especialmente em contextos de omissão estatal”, o que reforça a legitimidade de iniciativas institucionais voltadas à inclusão.

Essa atuação proativa também pode ser compreendida a partir do fenômeno da judicialização das políticas públicas, no qual o Judiciário passa a influenciar diretamente a formulação e implementação de ações estatais. No entanto, diferentemente da judicialização tradicional, que ocorre por meio de decisões judiciais, a experiência do TJPE evidencia uma atuação preventiva e educativa, voltada à promoção de direitos antes mesmo da ocorrência de conflitos. Tal abordagem amplia o alcance da atuação institucional, deslocando o foco da reparação para a promoção de direitos.

Além disso, a atuação da CACIN/TJPE dialoga com o conceito de governança pública colaborativa, que pressupõe a atuação integrada entre diferentes setores e instituições na promoção de políticas sociais. Nesse sentido,

A inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva da escola ou da família, passando a ser compreendida como um compromisso coletivo. A governança eficaz de políticas públicas requer coordenação interinstitucional e participação ativa de múltiplos atores (ocde, 2015, p. 67).

Outro aspecto relevante refere-se ao papel simbólico das instituições públicas na construção de valores sociais. Ao desenvolver ações voltadas à inclusão, o Judiciário não apenas implementa políticas, mas também comunica mensagens normativas à sociedade, influenciando comportamentos e percepções. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu (1989, p. 14) destaca que as instituições possuem um poder simbólico capaz de “legitimar práticas e moldar representações sociais”, o que evidencia a importância das iniciativas do TJPE na transformação cultural.

Ademais, a atuação do TJPE evidencia a incorporação de uma perspectiva pedagógica no âmbito institucional, aproximando o Judiciário de funções tradicionalmente atribuídas à educação. Essa aproximação reforça a ideia de que a promoção de direitos exige processos formativos contínuos, capazes de sensibilizar a sociedade para a diversidade. Conforme ressalta Edgar Morin (2000), a educação deve contribuir para a formação de uma consciência cidadã, capaz de reconhecer a complexidade das relações sociais.

A experiência analisada indica que a atuação institucional do Judiciário pode contribuir significativamente para a redução do hiato entre o direito positivado e sua efetivação prática. Ao investir em ações educativas, tecnológicas e comunicacionais, o TJPE atua diretamente nas

dimensões estrutural e cultural da inclusão, ampliando as possibilidades de concretização dos direitos. Tal constatação reforça a necessidade de que outras instituições públicas adotem práticas semelhantes, consolidando uma abordagem mais integrada e efetiva na promoção da inclusão social.

Nesse contexto, destaca-se, entre as iniciativas desenvolvidas pelo TJPE, o uso de estratégias inovadoras que articulam tecnologia, educação e inclusão social. Dentre essas ações, o projeto digital “Guardiões da Justiça” configura-se como uma experiência paradigmática, ao utilizar a gamificação como ferramenta pedagógica para promover acessibilidade, engajamento e formação cidadã, especialmente no contexto do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

A atuação do TJPE, ao incorporar práticas inovadoras voltadas à inclusão, também pode ser compreendida como expressão de um modelo de administração pública orientado por valores democráticos e inclusivos. Nesse sentido, o Estado deixa de atuar apenas como ente regulador e passa a assumir uma postura ativa na promoção de direitos, alinhando-se às demandas sociais contemporâneas. Conforme destaca Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 39), a efetivação dos direitos humanos exige “uma prática institucional comprometida com a transformação das desigualdades”, o que reforça a relevância de iniciativas como as desenvolvidas pela CACIN.

Além disso, a experiência do TJPE evidencia que a promoção da inclusão envolve não apenas ações técnicas, mas também a construção de uma ética institucional voltada à diversidade. Essa perspectiva implica reconhecer que a inclusão é um valor que deve orientar todas as práticas organizacionais, desde a formulação de políticas até sua implementação. Nesse contexto, a atuação do Judiciário contribui para a consolidação de uma cultura organizacional mais sensível às diferenças, fortalecendo o compromisso com a equidade e com a justiça social.

2.2 Gamificação inclusiva: o Projeto "Guardiões da Justiça"

A análise do jogo digital “Guardiões da Justiça” evidencia o potencial da tecnologia como instrumento pedagógico inclusivo, especialmente no contexto do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os resultados indicam que a previsibilidade do ambiente digital contribui para a redução da ansiedade, característica frequentemente associada ao transtorno, favorecendo a interação e o engajamento dos usuários.

Além disso, a interface trilingue e acessível do jogo materializa, na prática, os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), ao oferecer múltiplas formas

de acesso ao conteúdo e interação com o ambiente digital. Conforme proposto pelo CAST (2018, p. 4), o DUA busca “reduzir barreiras à aprendizagem por meio de currículos flexíveis e acessíveis”, o que se evidencia na estrutura do projeto analisado.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso da gamificação como estratégia de educação social. Ao abordar temas relacionados à cidadania e aos direitos por meio de um ambiente lúdico, o TJPE atua diretamente na formação de valores sociais, contribuindo para a desconstrução de estigmas associados ao TEA. Nessa perspectiva, a iniciativa dialoga com o entendimento de Paulo Freire de que a educação deve promover consciência crítica e transformação social (FREIRE, 1996).

Dessa forma, o projeto “Guardiões da Justiça” demonstra que a integração entre tecnologia, educação e inclusão pode constituir uma estratégia eficaz para a promoção de práticas pedagógicas mais acessíveis. Ao oferecer um ambiente estruturado e previsível, a iniciativa favorece não apenas a aprendizagem, mas também o desenvolvimento da autonomia e da participação social dos usuários.

A utilização da gamificação no contexto educacional inclusivo também se fundamenta em teorias contemporâneas da aprendizagem ativa, que defendem a participação do sujeito como elemento central do processo educativo. Nesse sentido, Seymour Papert (1980, p. 124) argumenta que

A aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando o indivíduo interage com ambientes digitais que favorecem a experimentação e a construção do conhecimento. O jogo “guardiões da justiça”, ao possibilitar essa interação, potencializa o engajamento dos usuários, especialmente daqueles com tea.

Além disso, a estrutura lúdica do jogo favorece a motivação intrínseca, elemento essencial para a aprendizagem, sobretudo em contextos inclusivos. Conforme destaca Richard Ryan (2000), a motivação é ampliada quando o sujeito percebe autonomia, competência e pertencimento no ambiente de aprendizagem. Nesse sentido, o ambiente gamificado contribui para a construção de experiências mais significativas e envolventes.

Outro ponto relevante refere-se à previsibilidade e à organização do ambiente digital, características que se mostram particularmente adequadas para pessoas com TEA. De acordo com Temple Grandin, indivíduos no espectro tendem a se beneficiar de ambientes estruturados e de estímulos visuais claros, que facilitam a compreensão e reduzem a sobrecarga sensorial (GRANDIN, 2013). Essa adequação evidencia o alinhamento do jogo com as necessidades específicas desse público.

Ademais, a mediação tecnológica presente no jogo pode ser compreendida como um instrumento de ampliação das possibilidades de aprendizagem, conforme proposto por Lev Vygotsky. Para o autor, as ferramentas culturais incluindo as tecnologias digitais, atuam como mediadoras do desenvolvimento cognitivo (VYGOTSKY, 1998). Assim, o jogo não apenas transmite conteúdos, mas estrutura experiências de aprendizagem mediadas.

A gamificação também se apresenta como estratégia eficaz para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aspecto fundamental no contexto do TEA. Ao simular situações sociais e promover a tomada de decisões, o jogo contribui para o desenvolvimento da empatia, da autonomia e da compreensão de normas sociais. Nesse sentido, Daniel Goleman destaca que o aprendizado de competências socioemocionais é essencial para a participação social (GOLEMAN, 1995, p. 112).

Outro aspecto que merece destaque é o potencial do jogo como ferramenta de acessibilidade comunicacional. Ao oferecer múltiplas linguagens visual, textual e interativa, o projeto amplia as possibilidades de compreensão e expressão, atendendo a diferentes perfis cognitivos. Essa característica reforça a perspectiva do DUA, ao reconhecer que “não existe um único modo de aprender que seja adequado para todos os estudantes” (CAST, 2018, p. 54).

Além disso, a iniciativa evidencia a importância da inovação no setor público, especialmente no campo da inclusão. Ao desenvolver um recurso digital com finalidade pedagógica e social, o TJPE demonstra que instituições tradicionalmente formais podem incorporar práticas inovadoras para ampliar o alcance de suas ações. Essa abordagem dialoga com a ideia de modernização institucional e de uso estratégico da tecnologia para promoção de direitos.

2.3 Visibilidade e educação atitudinal

As campanhas de visibilidade promovidas pelo TJPE, como o Abril Azul e o Setembro Verde, evidenciam o uso estratégico da comunicação institucional como instrumento de educação social. A análise das ações demonstra que o Tribunal utiliza sua visibilidade pública para ampliar o debate sobre o TEA e promover a conscientização social, contribuindo para a redução de preconceitos e estigmas.

Ao iluminar o Palácio da Justiça ou divulgar depoimentos de servidores com deficiência como o caso da servidora Judite Muniz, o TJPE atua diretamente na promoção da chamada acessibilidade atitudinal, considerada uma das dimensões mais complexas da inclusão. Conforme aponta Sassaki (2009), as barreiras atitudinais estão profundamente enraizadas em valores sociais e representam um dos principais obstáculos à inclusão.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pela CACIN/TJPE configuram-se como práticas institucionais inovadoras, que contribuem para a construção de uma cultura mais inclusiva. Ao dar visibilidade às experiências de pessoas com deficiência, o Tribunal promove o reconhecimento da diversidade e fortalece a empatia social.

Essa atuação evidencia que a inclusão não se restringe à dimensão normativa ou estrutural, mas envolve, sobretudo, a transformação das percepções sociais. Conforme destaca a Organização das Nações Unidas, a construção de sociedades inclusivas depende da superação de estigmas e da promoção de uma cultura de respeito à diversidade (ONU, 2016, p. 14).

Dessa forma, a experiência do TJPE demonstra que instituições públicas podem desempenhar um papel fundamental na articulação entre Estado e sociedade, contribuindo para a criação de ambientes mais acessíveis e menos capacitistas. Ao atuar na dimensão simbólica e cultural da inclusão, o Tribunal fortalece as condições necessárias para que a inclusão escolar e social de pessoas com TEA se efetive de maneira mais ampla e consistente.

A utilização da comunicação institucional como ferramenta de promoção da inclusão também pode ser compreendida a partir da perspectiva da educação não formal, que se realiza fora dos espaços tradicionais de ensino, mas exerce papel fundamental na formação social dos indivíduos. Nesse sentido, Gohn (2010, p. 33) destaca que “a educação não formal contribui para a construção da cidadania ao promover valores, atitudes e práticas sociais”. Assim, as campanhas do TJPE configuram-se como práticas educativas que extrapolam o ambiente escolar.

Além disso, o uso de símbolos visuais como a iluminação do Palácio da Justiça, possui forte impacto na construção de significados sociais, atuando como mecanismo de sensibilização coletiva. De acordo com Stuart Hall (1997, p. 15),

Os processos de representação são centrais na formação das identidades sociais, pois é por meio da representação que damos sentido ao mundo e às nossas experiências. Nesse contexto, tais ações contribuem para ressignificar a percepção social sobre o tea.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das narrativas individuais, como no caso da divulgação de depoimentos de servidores com deficiência. Essas narrativas desempenham papel fundamental na humanização do debate sobre inclusão, ao aproximar a sociedade das experiências concretas vivenciadas por pessoas com deficiência. Conforme aponta Paul Ricoeur (1994), a narrativa permite compreender a experiência humana em sua dimensão subjetiva e social, o que fortalece processos de empatia e reconhecimento.

A promoção da acessibilidade atitudinal por meio dessas ações também se relaciona com a necessidade de desconstrução de estereótipos historicamente construídos. Nesse sentido, Erving Goffman (1988) afirma que o estigma social resulta de processos de rotulação que marginalizam determinados grupos, sendo essencial a adoção de estratégias que promovam visibilidade positiva e inclusão.

Além disso, a visibilidade institucional fortalece a legitimidade das políticas inclusivas, ao demonstrar o compromisso do Estado com a promoção da equidade. Conforme destaca UNESCO (2009), a construção de sistemas educacionais inclusivos depende do engajamento de diferentes setores da sociedade, o que inclui a atuação estratégica das instituições públicas.

Observa-se que as ações de visibilidade e educação atitudinal desenvolvidas pelo TJPE não apenas contribuem para a redução de barreiras sociais, mas também ampliam o alcance das políticas de inclusão, promovendo mudanças que transcendem o âmbito institucional. Dessa forma, tais iniciativas consolidam-se como práticas inovadoras que articulam comunicação, educação e direitos humanos, reforçando a ideia de que a inclusão é um processo coletivo e contínuo.

Nesse contexto, é possível afirmar que a atuação do TJPE, por meio de estratégias de visibilidade e comunicação institucional, contribui para a construção de uma pedagogia social voltada à inclusão. Ao mobilizar símbolos, narrativas e campanhas públicas, o Tribunal amplia o alcance das discussões sobre o TEA e promove a internalização de valores inclusivos na sociedade. Tal perspectiva dialoga com Paulo Freire (1996, p. 34), ao afirmar que “a educação não se restringe ao espaço escolar, mas ocorre em todos os espaços de interação social”, reforçando o caráter educativo dessas ações institucionais.

Além disso, essas iniciativas evidenciam que a transformação cultural necessária à inclusão depende de processos contínuos de sensibilização e engajamento social. A mudança de percepções sobre o TEA não ocorre de forma imediata, mas por meio da repetição de práticas que promovam reconhecimento, visibilidade e respeito à diversidade. Nesse sentido, a atuação do TJPE demonstra que políticas de comunicação pública podem funcionar como instrumentos de intervenção social, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e para a consolidação de uma cultura inclusiva mais ampla e sustentável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar a atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN), na promoção da inclusão social e educacional de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Para tanto, foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e legislações relacionadas à temática da inclusão, acessibilidade, gamificação e direitos das pessoas com deficiência. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, Scielo e CAPES, considerando produções em português e inglês com relevância para o objeto investigado.

Além da revisão bibliográfica, realizou-se análise documental de materiais institucionais produzidos pelo TJPE, especialmente aqueles vinculados às ações da CACIN e ao projeto “Guardiões da Justiça”. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando compreender como práticas institucionais, educativas e tecnológicas podem contribuir para a promoção da inclusão social e para a efetivação dos direitos das pessoas com TEA.

ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos evidenciam que o Tribunal de Justiça de Pernambuco tem desenvolvido uma atuação que ultrapassa os limites tradicionais da função jurisdicional, assumindo papel relevante na promoção da inclusão social e educacional. Observa-se que as ações implementadas pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN) demonstram uma compreensão ampliada do acesso à justiça, compreendido não apenas como garantia processual, mas como mecanismo de efetivação da cidadania e dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência

A análise das iniciativas desenvolvidas pelo TJPE permite compreender que a efetivação dos direitos das pessoas com TEA depende não apenas da existência de normas jurídicas, mas também da implementação de práticas institucionais concretas. Nesse sentido, os resultados confirmam o entendimento de Bobbio (2004), ao afirmar que o principal desafio dos direitos humanos não reside em sua fundamentação, mas em sua concretização. Assim, as ações promovidas pela CACIN revelam uma preocupação institucional com a transformação dos

direitos formalmente reconhecidos em experiências efetivas de inclusão, acessibilidade e participação social.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao papel pedagógico assumido pelo Poder Judiciário. Os resultados demonstram que o TJPE utiliza sua estrutura institucional para promover conscientização social, sensibilização coletiva e formação cidadã acerca da inclusão e da diversidade. Tal constatação evidencia que a educação inclusiva pode ocorrer também em espaços não escolares, ampliando o alcance das políticas públicas de inclusão.

Observou-se que as campanhas institucionais desenvolvidas pelo TJPE possuem impacto significativo na promoção da acessibilidade atitudinal, considerada uma das dimensões mais complexas da inclusão social. Ao desenvolver ações como o Abril Azul e o Setembro Verde, o Tribunal atua diretamente na desconstrução de preconceitos historicamente associados às pessoas com deficiência. Conforme destaca Sasaki (2009), as barreiras atitudinais constituem obstáculos invisíveis, porém profundamente enraizados nas relações sociais. Nesse contexto, os resultados indicam que a comunicação institucional pode atuar como instrumento estratégico de transformação cultural.

Os resultados também evidenciam que a incorporação de recursos tecnológicos amplia significativamente as possibilidades de inclusão e acessibilidade. O projeto “Guardiões da Justiça” demonstra que ambientes digitais estruturados podem favorecer a aprendizagem, o engajamento e a interação de pessoas com TEA. Verifica-se que a previsibilidade do ambiente gamificado contribui para reduzir estímulos desorganizadores, favorecendo experiências mais acessíveis e inclusivas.

No que se refere ao uso da gamificação, os resultados apontam que estratégias lúdicas favorecem processos de aprendizagem mais significativos e participativos. O ambiente gamificado analisado promove não apenas aquisição de informações, mas também desenvolvimento de habilidades socioemocionais, autonomia e interação social. Nesse sentido, observa-se convergência com as contribuições de Papert (1980) e Freire (1996), ao defenderem metodologias que valorizem a participação ativa do sujeito na construção do conhecimento.

A pesquisa também permitiu identificar que as ações desenvolvidas pelo TJPE possuem importante dimensão simbólica. Ao promover campanhas públicas, utilizar símbolos visuais e divulgar narrativas de pessoas com deficiência, o Tribunal contribui para ressignificar percepções sociais sobre inclusão e diversidade. Conforme argumenta Bourdieu (1989), as instituições exercem poder simbólico na legitimação de práticas e valores sociais. Nesse sentido,

os resultados revelam que o Judiciário não apenas implementa políticas inclusivas, mas também influencia processos culturais relacionados ao reconhecimento da diversidade humana.

Os dados analisados demonstram que as iniciativas do TJPE estabelecem uma relação direta entre inclusão, educação e exercício da cidadania. As ações desenvolvidas pela CACIN evidenciam que o acesso à informação, à acessibilidade e à participação social constitui elemento fundamental para a consolidação dos direitos das pessoas com TEA. Dessa maneira, a pesquisa reforça a compreensão de que a inclusão não deve ser entendida exclusivamente como adaptação estrutural, mas como processo contínuo de transformação social, política e cultural.

Outro resultado importante refere-se ao potencial de replicabilidade das ações desenvolvidas pelo TJPE em outras instituições públicas. A articulação entre tecnologia, educação inclusiva e comunicação institucional constitui modelo inovador que pode inspirar práticas semelhantes em diferentes contextos administrativos. Nesse sentido, verifica-se que a experiência analisada transcende a realidade local, apresentando contribuições relevantes para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas em âmbito nacional. Tal constatação reforça a necessidade de ampliação de iniciativas interinstitucionais voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão social.

Os resultados permitem concluir que a atuação do TJPE evidencia a consolidação gradual de uma cultura institucional orientada pelos princípios da inclusão, diversidade e acessibilidade. Observa-se que as ações analisadas não se limitam ao cumprimento formal de normas legais, mas refletem um compromisso institucional com a promoção da equidade e da justiça social. Assim, a pesquisa demonstra que instituições públicas podem desempenhar papel estratégico na construção de sociedades mais inclusivas, atuando simultaneamente nas dimensões jurídica, educativa, tecnológica e cultural da inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a promoção da inclusão social e educacional de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) exige a atuação integrada de diferentes instituições públicas. Nesse contexto, verificou-se que o Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN), vem desenvolvendo práticas institucionais inovadoras voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Os resultados demonstraram que a atuação do TJPE ultrapassa a função jurisdicional tradicional, assumindo também papel educativo e socialmente transformador, especialmente

por meio de campanhas de conscientização, ações de acessibilidade atitudinal e iniciativas tecnológicas inclusivas. Destacou-se, nesse cenário, o projeto “Guardiões da Justiça”, cuja proposta evidencia o potencial da gamificação como estratégia pedagógica capaz de favorecer aprendizagem, autonomia e participação social de pessoas com TEA.

Além disso, observou-se que a inclusão envolve não apenas aspectos normativos e estruturais, mas também mudanças culturais e atitudinais. A experiência analisada apresenta potencial de replicabilidade em outras instituições públicas, contribuindo para o fortalecimento de políticas inclusivas mais humanizadas e acessíveis.

Conclui-se, portanto, que o Poder Judiciário pode atuar como importante agente de transformação social, promovendo práticas institucionais comprometidas com a dignidade humana, a diversidade e a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, London, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

14

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2**. Wakefield: CAST, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, Oxford, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LEVAC, Danielle; COLQUHOUN, Heather; O'BRIEN, Kelly K. Scoping studies: advancing the methodology. **Implementation Science**, London, v. 5, n. 69, p. 1-9, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

OCDE. **Governança pública e desenvolvimento inclusivo**. Paris: OECD Publishing, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2016.

PAPERT, Seymour. **Mindstorms: children, computers and powerful ideas**. New York: Basic Books, 1980.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. **American Psychologist, Washington**, v. 55, n. 1, p. 68-78, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, Amsterdam, v. 104, p. 333-339, 2019.

TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, Philadelphia, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.